

ESCOLA, MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO “SEM-TERRA”**

*David José Caume**

RESUMO

Com base em um estudo de caso (Assentamento 16 de Março, Pontão-RS), o trabalho procura analisar como o processo de (re)produção de uma determinada memória assume funções estratégicas de controle social. Investiga-se como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) constrói e veicula uma dada memória do grupo social, particularmente no espaço escolar, no sentido de edificar a identidade sociopolítica do “sem-terra”, assegurando que os agricultores assentados continuem a pertencer às fileiras da organização.

Palavras-chave: Memória. Assentamentos rurais. MST; Educação rural.

INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se na perspectiva de analisar como os “assentamentos de reforma agrária” têm se constituído em objetos de intervenção por um conjunto de instâncias sociais (Estado, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sindicatos e agentes religiosos, em especial) que visam agenciar politicamente esses espaços, trabalhando no sentido de enquadrá-los sob específicas formas de organização e estruturação e modelá-los a determinados modos de pensar, agir e sentir dos homens e mulheres que ali vivem.

Investigo como no interior de um espaço circunscrito – o Assentamento 16 de Março, composto por 81 famílias e localizado no município de Pontão-RS – a (re)produção da memória de um grupo social adquire

* Artigo recebido em 7/5/2007 e aprovado em 10/9/2007.

** Professor da Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos da UFG. E-mail: caume@uol.com.br

objetivos estratégicos de controle e hegemonia política sobre esse espaço. Partilho, portanto, das proposições de Michael Pollak que ajudam a entender esse trabalho de produção e difusão da memória coletiva em uma abordagem crítica, como processo de dominação simbólica inserido em confrontos pela imposição da memória legítima. A memória dos agricultores assentados é analisada num campo de disputas, de enfrentamentos pela imposição, afirmação e legitimação de um determinado “regime de verdade” sobre o passado (POLLAK, 1989).

O processo de (re)produção de uma dada “memória da luta” do grupo social investigado compõe um jogo conflitivo de verdades num espaço social marcado por uma “batalha de discursos e através de discursos” (FOUCAULT, 1977, p. XII). Discursos que dizem e fazem ver, discursos que, ao olhar do investigador, não lhe interessa se são falsos ou verdadeiros, reais ou ilusórios, certos ou errados. Interessa entender como funcionam e de que maneira estão articulados a técnicas de poder, de seleção/exclusão dos homens e das mulheres, das crianças e dos adultos, inseridos nesse universo; agenciando e regulando o espaço social em conformidade com precisas orientações.

Campo conflitivo em torno da memória coletiva de um grupo social que, no caso do Assentamento 16 de Março, é expresso em torno de duas (re)construções do passado da “luta pela terra” em dissonância: por um lado, uma memória hegemônica, que tem como centro irradiador o MST e que ressalta a unidade do grupo, o passado comum de lutas, o pertencimento à organização MST, enfim, a memória que trabalha no sentido de (re)produzir a identidade sociopolítica do “sem-terra” e de afirmar a necessidade de que o assentado, respaldado no exemplo das lutas do passado, continue a pertencer às fileiras do MST; por outro, emerge uma memória politicamente subalterna, subterrânea, que tem como núcleo de produção e difusão aqueles assentados não afinados com as diretrizes do Movimento no Assentamento 16 de Março – designados, nos conflitos simbólicos internos, como “parceiros” e “filhos de parceiros”.¹

Trabalho de produção e difusão de uma determinada memória coletiva que, portanto, está intimamente articulado a objetivos do presente e constitui expressão das lutas simbólicas pela instituição do real. A legitimação de um dado passado se insere num campo de disputas pela própria imposição da definição legítima do mundo social, onde está em jogo o monopólio da violência simbólica, “o poder de impor – e mesmo

de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social” (BOURDIEU, 1989, p. 12).

Neste artigo, analiso, em especial, como o MST agencia a Escola 29 de Outubro, situada no Assentamento 16 de Março, como um dispositivo produtor e difusor da identidade do “sem-terra” entre os jovens e as crianças estudantes. Assim, à Escola é delegada a função de (re)produzir uma dada “memória da luta” que, em última instância, tem o objetivo estratégico de afirmar e legitimar as vinculações políticas, ideológicas e econômicas do assentamento com o movimento.

A (RE)PRODUÇÃO DA “MEMÓRIA DA LUTA” COMO OBJETO DE PREOCUPAÇÃO DO MST

A emergência dos “assentamentos de reforma agrária” como objeto de preocupação e de ativa intervenção do MST se deu na segunda metade da década de 80, quando esses espaços socioprodutivos passaram a ser considerados peças estratégicas no debate político da reforma agrária e no projeto de transformação da sociedade brasileira. Objetivados a partir de interesses bem definidos, os assentamentos se tornaram matéria de uma discursividade que os tomava como uma espécie de territórios de utopia, agenciados por uma

preocupação em enclausurar este espaço, em dar-lhe um sentido, um rosto, um significado... uma preocupação de marcá-lo com sonhos e ações humanas, de sedentarizar os homens, para construir uma nova sociedade e uma nova cultura. (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 200)

Na busca de realização de lucros estratégicos de diferentes dimensões (controle político, viabilização econômica, construção de um “novo homem” e de uma “nova mulher”), através de múltiplas técnicas e procedimentos, o MST intervém nos assentamentos no intuito de construir e modificar tanto as relações sociais que se (re)produzem nesse espaço social quanto as percepções que os indivíduos têm de si mesmos.

Os assentamentos emergem como objeto de atenção para o movimento como um “espaço geográfico que devemos ter um controle e devemos apresentá-lo da melhor forma”. Controle político e da vida social considerado necessário “Para manter a articulação entre todas as

famílias/ Para dar respostas políticas rapidamente/ Para produzir e auto-sustentar as lutas, quadros e o MST/ Para extrair novos quadros/ Para integrá-los à luta estratégica” (Bogo, 1999, p. 12).

Tornar os assentamentos exemplos para a sociedade de que a vida pessoal e social pode ser regida por novos valores e relações é o objetivo do movimento. Isso implica um conjunto de práticas materiais e simbólicas nas várias dimensões da existência humana, o qual procure produzir o que se julga como sendo o comportamento político, produtivo e moral mais adequado aos agricultores. “Depois de ocupar e produzir a terra, passar a fertilizar novos homens, novas mentes e novos corações” é o que o MST se coloca como tarefa no interior desses espaços sociais, assumindo o papel de um agente civilizador de indivíduos (des)qualificados como “massa com baixo nível de consciência” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999a, p. 12).

Fenômeno que abarca o enquadramento de comportamentos, condutas e atributos definidores de uma nova identidade social. Um trabalho material e simbólico que envolve toda uma difusão discursiva no sentido de desqualificar, estigmatizar e silenciar determinados comportamentos e pensamentos – amalgamados no que ideólogos do movimento designam por “ideologia camponesa” – considerados inadequados.

O MST age material e discursivamente para que, após a conquista da terra, os trabalhadores não percam sua identidade de “sem-terra” e compreendam que a “a luta não chegou ao fim”. Desencadeia-se, assim, um conjunto de ações que visa vincular politicamente o novo agricultor com a organização, produzindo um “lutador permanente”. Que o assentado continue a ser um “sem-terra”, identidade conferida não pela propriedade do bem fundiário, mas pelo seu pertencimento a uma organização coletiva e engajamento em uma luta de transformação social.

Ser do Movimento significa participar não apenas da luta pela terra, mas também de uma organização com objetivos sociais e políticos mais amplos, que cada vez se multiplica em novas dimensões de atuação e complexifica suas formas de mobilização e suas estruturas de participação.” (CALDART, 2000, p. 129)

Políticas como de “embelezamento dos assentamentos”, de lazer, de incentivo à participação das mulheres, jovens e crianças e do fortalecimento dos assentados como base social organizada do

movimento atuam nessa perspectiva. Nessa lógica, passou a ser objetivo do movimento a colonização de todos os espaços sociais da vida de assentados e acampados, no sentido de torná-los canais por onde circulam seus discursos e de subordiná-los à dinâmica da “mobilização permanente” apregoada pela organização.

A produção e veiculação da “memória da luta”² assumiria também o papel estratégico de construir a compreensão entre os assentados que a “conquista” da terra deveria servir como exemplo de que “novas conquistas” (não apenas a infra-estrutura para o assentamento, crédito agrícola, saúde, estradas, educação; mas também a transformação política da sociedade) somente são possíveis através da luta e da organização. A “memória da luta” passava a ser instrumentalizada no sentido de perenizar os laços de ligação e vinculação político-ideológica ao movimento dos trabalhadores rurais assentados.

O ASSENTAMENTO 16 DE MARÇO COMO ESPAÇO MODELAR DE INTERVENÇÃO DO MST

A atribuição de um sentido estratégico à produção e difusão da “memória da luta” pelo MST tem grande visibilidade nos processos que marcaram e ainda marcam a vida dos agricultores componentes do Assentamento 16 de Março, localizado em Pontão, região do Planalto Gaúcho no Rio Grande do Sul, e formado por 81 famílias.

O 16 de Março constitui um exemplo paradigmático de um assentamento marcado pela intervenção do MST, apresentando boa parte daquelas características que são propagadas pela organização para a constituição de um “assentamento modelo”, como a presença de uma cooperativa de produção agropecuária, uma agrovila, uma escola que seguiria as diretrizes pedagógicas propugnadas por seu setor de educação e, principalmente, uma forte implantação de suas estruturas organizativas básicas – os chamados “núcleos do MST”. Soma-se a esses componentes o fato de que o “16 de Março” é um produto da luta social empreendida a partir do emblemático “Acampamento da Fazenda Annoni”³, formado por cerca de 1.500 famílias provenientes de 32 municípios das regiões do Alto Uruguai e Missões, na madrugada de 29 de outubro de 1985.

O “Acampamento da Fazenda Annoni” representou, pelo menos até meados de 1987, a principal prioridade do MST no Rio Grande do Sul, na medida em que envolvia um grande número de famílias e a

entidade tinha dificuldades de organizar e acompanhar novos acampamentos. Nele se concentraram todos os esforços da organização, tanto em termos de negociação e mobilização social para que as famílias fossem assentadas quanto no trabalho de formação política e produção dos militantes responsáveis pela estruturação e expansão do movimento no estado. Na segunda metade da década de 80, as principais lideranças estaduais e mesmo nacionais do MST provinham, em boa medida, daquele acampamento, e quando se falava do MST gaúcho havia uma nítida identificação com os acampados da Fazenda Annoni.

No Rio Grande do Sul, até pelo menos a primeira metade dos anos 1990, a Annoni, ainda que não constituísse um assentamento oficializado, tornou-se uma espécie de “laboratório do MST”⁴, onde a entidade passaria a centralizar iniciativas devotadas a produzir uma espécie de experiência-modelo de suas propostas, seja em termos de viabilização econômica, seja no que se refere à manutenção da vinculação política e ideológica dos agricultores com a organização. Na ótica dos dirigentes, o “Acampamento da Annoni” apresentava todas as condições para a construção de um espelho que pudesse refletir as diretrizes do movimento e legitimar política e economicamente o processo de reforma agrária no estado e no país.

No sentido de conformar esse espaço modelar, recorrentemente o MST colocou em prática entre os assentados um conjunto de estratégias que visaram instituir como verdade hegemônica a idéia de que o assentamento constituía o produto exclusivo da luta empreendida pelos “sem-terra” (corporificados, politicamente, no MST), simbolizada pela formação do acampamento. Nessa (re)construção do passado, silenciava-se ou mesmo desprezava-se o papel desempenhado pelos chamados “parceiros”, 54 famílias que haviam sido instaladas na Fazenda Annoni pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 1974, e, portanto, anteriormente à própria formação do acampamento. O assentamento desses agricultores fazia parte da execução do “Projeto Integrado de Colonização Sarandi”, que, após o ato de desapropriação da fazenda, em 1972, previa o estabelecimento de, aproximadamente, 189 famílias atingidas pela construção da Barragem do Passo Real (INCRA – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1975). A operacionalização do restante do projeto, no entanto, foi sustada ainda no ano de 1974, quando os proprietários da fazenda questionaram judicialmente a ação desapropriatória e a área foi declarada em *status*

quo, isto é, insusceptível de qualquer intervenção das partes em litígio (Inkra e proprietários).

A ESCOLA E O TRABALHO DE CONSTRUÇÃO DA “MEMÓRIA DA LUTA”

A escola é uma preocupação historicamente presente entre os agricultores do Assentamento 16 de Março. Já no final de 1985, no então acampamento, um grupo de mulheres e professoras tomou a seu encargo, sob restrições das lideranças do Acampamento da Fazenda Annoni, a responsabilidade de criar as condições para que, no início de 1986, as crianças não tivessem interrompidas suas carreiras escolares. Surgia, assim, aquela que é considerada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a primeira escola de acampamento no Brasil, tendo como características o exercício da docência por acampadas que dispunham do curso de magistério, de licenciatura ou simplesmente do primário completo e o seu desenvolvimento sob um barraco de lona.



“Escola de lona” do Acampamento da Fazenda Annoni.

Foto: Roberto Cerqueira

Através de negociação com a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, a “escola de lona” foi oficialmente reconhecida ainda naquele ano. Algumas das professoras do acampamento tiveram papel fundamental na inserção da discussão dos problemas da educação dos “sem terra” no interior do MST, pois, num primeiro momento, as principais lideranças entendiam que o objetivo da luta social não era por escola, mas simplesmente por terra.

Quando a gente começou a lutá por escola teve uma certa resistência pelas lideranças e até pelos pais. Não muito pelos pais, mas mais pelas lideranças. Porque a gente percebia que, na época, no início, a terra, a luta pela terra era uma coisa bastante forte e se entrasse uma outra, um outro sentido de luta, parecia que isto ia complicá, ia dá outra... ia desviá a atenção!”. (HELENA, professora e assentada, entrevistada por Andréa Ferreira Delgado em janeiro de 2000)

Essas professoras atuaram decisivamente na formação, em 1987, do Setor de Educação do MST, que assumiria a responsabilidade de formular e difundir uma concepção pedagógica do movimento para as escolas de acampamentos e assentamentos, centrada no pressuposto de uma educação voltada à realidade vivida pelos “sem-terra”. Na Annoni, isso correspondia tanto a introduzir a escola no cotidiano do acampamento quanto o acampamento na vida da escola, delineando a construção de uma identidade coletiva e de uma subjetividade ligada à luta social entre as crianças.

Então a gente organizava as crianças pra elas também entendê todo o processo que a gente tava passando. Porque tinha que tê uma consciência de todos, senão a luta não ia adiante. Como a gente ia levá a luta adiante se não houvesse a consciência e o sabê por que que tava lá?. (HELENA)

Com a oficialização do Assentamento, em 1993, foi criada também a Escola Estadual de 1º Grau 29 de Outubro, atendendo em torno de 230 alunos dos diferentes assentamentos criados a partir da antiga Fazenda Annoni. Todavia, diferentemente do que se dera durante o período de acampamento, hoje o corpo docente da escola é formado quase que exclusivamente por professores oriundos da zona urbana de Sarandi e somente por duas professoras-assentadas. Essa circunstância foi constantemente ressaltada pelos entrevistados, evidenciando que esse fenômeno constitui um “problema” para que a 29 de Outubro cumpra todas as expectativas idealizadas. Para a maioria dos assentados, a escola

hoje deixou um pouco de lado as coisa do movimento, ela não tá mais cumprindo o que a gente discutia no acampamento, que a escola fosse voltada à realidade mesmo, à luta pela reforma agrária... ela foge bastante hoje... devido também ao quadro de professores que não são todos eles ligados ao Movimento Sem Terra também né...

Porque se fosse todo o quadro de professores ligado ao Movimento Sem Terra era bem diferente. (MANOEL, assentado)



Escola Estadual 29 de Outubro. Foto do autor.

Historicamente, o MST tem privilegiado o espaço escolar nos acampamentos e assentamentos hegemonizados politicamente pela organização como uma área de intervenção estratégica voltada a “ocupar a escola”, vinculando-a ao projeto político e à própria estrutura organizativa do movimento, fazendo de “cada escola conquistada uma escola do MST” (CALDART, 2000, p. 160). Essa busca de identificação da Escola 29 de Outubro, no Assentamento 16 de Março, como uma “escola do MST”, se reflete, por exemplo, na recorrente presença no espaço escolar (em seus murais, paredes de corredores e salas de aula) de símbolos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Fenômeno evidenciado pela pintura, na parede externa da escola, de uma enorme bandeira do movimento, indicando, supostamente, que aquele espaço socioeducativo está “ocupado” e seguindo as diretrizes e orientações pedagógicas propugnadas pela organização.

O movimento, principalmente a partir dos primórdios da década de 90, passou a compreender a escola como um lugar privilegiado para uma dada e específica “formação política”, alinhada às concepções e propostas advogadas pelo movimento, agenciando-a como um dispositivo direcionado à própria (re)produção de suas instâncias organizativas na medida em que lhe foi atribuída a tarefa de produzir militantes e lideranças. As crianças e os jovens, nesse sentido, são objeto de práticas discursivas que visam conformá-las à categoria sociopolítica “sem-terra”,

mesmo sendo filhos de agricultores que conquistaram o acesso à propriedade fundiária. Cabe às escolas do ensino fundamental (1ª a 8ª séries) vinculadas ao MST um trabalho de construção da identidade do “sem-terrinha”, da criança que começa a se sentir como pertencente à organização e diretamente participante nas mobilizações políticas promovidas pelo movimento.

O objetivo estratégico do trabalho pedagógico é a produção da “Criança Sem-Terra”. Ser “Criança Sem-Terra” é mais do que ser apenas criança, é mais do que ser criança sem-terra – é ser criança sem-terra com letras maiúsculas, isto é, criança pertencente às fileiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. “Nessa condição, elas já não têm outra referência. O Movimento é sua família maior” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999a, p. 19).

Na Escola 29 de Outubro, a prática do resgate da “memória da luta” constitui uma estratégia devotada à produção de um sentimento de pertencimento coletivo, à conformação da identidade da “criança sem-terra”. O próprio nome da escola serve a esse intuito, na medida em que relembra cotidianamente e enraiza nos corações e mentes de crianças e adultos assentados a data de formação do “Acampamento da Fazenda Annoni”. Em última instância, se quer associar que a própria “conquista” da escola é fruto da luta empreendida pelos trabalhadores, materializada e simbolizada no acampamento.

Esse trabalho de produção e difusão da “memória da luta” no espaço escolar, estimulado pelas lideranças do assentamento e do MST que nele vêem um mecanismo de inculcação entre as crianças de que “a luta é o único caminho para se conquistar as coisas” (AURÉLIO, assentado), se dá através de um conjunto diversificado de iniciativas.

Por exemplo, nas efemérides da chamada “Semana Farroupilha”, em 20 de setembro de 1996, ao invés do tradicional desfile que resgata os “heróis” da resistência gaúcha ao poder centralizador imposto pelo Império, os alunos da escola, incentivados pelos professores, mostrando que “esta escola surgiu da força e organização”, resolveram aproveitar a oportunidade para “contar e representar a história da luta de um povo” (ESCOLA ESTADUAL 29 DE OUTUBRO, 1996, p. 1), a história da luta daqueles homens, mulheres e crianças que deu origem aos vários assentamentos existentes no município e na região.

O objetivo, portanto, é afirmar que a realidade presente vivida pelos agricultores (positivamente afirmada como proprietários de sua

terra, de agricultores familiares que produzem alimentos e que têm condições dignas de vida) é fruto da organização e da luta coletiva. No entanto, essa homenagem omite a trajetória de vida de “parceiros” que viviam no interior da Fazenda Annoni anteriormente à formação do acampamento, na medida em que propõem a contar a “história a partir de 1985, pois foi a partir desta data que definiu-se a situação da Fazenda Annoni onde há 14 anos encontrava-se na justiça sem definição” (ESCOLA ESTADUAL 29 DE OUTUBRO, 1996, p. 1). Visa-se dar plena visibilidade à luta dos acampados, associando a “conquista do assentamento” diretamente a essa estratégia de enfrentamento social.

A partir de 1998, o assentamento conseguiu que a escola participasse diretamente da organização e do desenvolvimento das comemorações anuais de aniversário da ocupação da fazenda; assim, na semana de 29 de outubro, se promovem, no interior da escola, atividades destinadas a reconstruir o dia-a-dia de dificuldades e de conflitos vivenciados pelos pais dos alunos no “tempo de acampamento”: pesquisas, com o recurso das histórias orais relatadas pelos assentados,⁵ palestras, murais, vídeos,⁶ encenações teatrais e a montagem de um “barraco de lona” similar àqueles existentes no acampamento são alguns dos recursos utilizados nesse trabalho de (re)produção da “memória da luta”.

Então a gente acaba conversando, falando como foi (o acampamento), pra eles fazê a redação deles. Daí até tá ajudando pra não entrá em esquecimento pros filhos. O colégio, queira ou não queira, é uma grande força que a gente tem na mão, os professor tem o interesse de mantê a história da Annoni... porque, queira ou não queira, a Annoni foi o começo do MST... (ARNALDO, assentado)

Essa mesma perspectiva se repetiu com a participação dos alunos da escola no “2º Concurso Nacional para as Escolas e os Estudantes do MST”, realizado em 1999 e intitulado “1999: Feliz Aniversário MST”, inserido nas comemoração dos 15 anos de existência do movimento e que procurava “cultivar a memória da luta pela terra e pela Reforma Agrária em cada uma das nossas comunidades” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999b, p. 8).

Ainda que as normas do concurso afirmassem que “cada escola poderá definir o jeito de fazer a pesquisa”, constata-se um conjunto bastante amplo de prescrições tanto referentes à forma do trabalho quanto em relação ao conteúdo da pesquisa histórica. Não se pretende fazer

emergir qualquer memória, mas uma memória determinada: aquela que ressalta a unidade do grupo, seu passado comum de lutas, seu pertencimento à organização MST; enfim, a memória que trabalha no sentido de produzir a identidade do “sem-terra”.⁷ Propõe-se, assim, aos participantes, que o trabalho de pesquisa deve ser desenvolvido através de “entrevistas que tragam a memória de todas as lutas realizadas pelo assentamento ou acampamento até hoje” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999b, p. 9, grifos do autor).

Trabalho da memória que tem o sentido político-estratégico de manter o vínculo do assentamento ou do acampamento com o movimento através dos laços da história. Produzir uma memória que cruze a história do assentamento com a história do movimento, que ressalte que o assentamento só foi possível através da organização dos trabalhadores em torno do MST. Um trabalho da memória, portanto, diretamente vinculado a necessidades políticas do presente: reafirmar a importância do assentado pertencer ao movimento.

Processo de reconstrução do passado que não significa o simples levantamento de um passado trilhado em comum, mas que, sobretudo, cria as condições de possibilidade de orientar a construção do futuro desejado. “O caminho é ainda longo e extenuante, mas olhando para trás temos certeza da vitória.” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999b, p. 25). Resgatar a memória adquire uma dimensão plenamente político-pedagógica que é a do (re)aprendizado constante das “lições tiradas da história”, que os sem-terra podem se tornar “sujeitos de sua própria história” e de que “lutar sempre vale a pena”. A rememoração do passado traz em si a possibilidade de vermos o presente não como uma realidade fixa e imutável, mas como produto humano, como um momento de passagem, uma ponte através da qual o passado constrói o futuro; nesses termos, o “trabalho da memória” opera na construção de um grupo mobilizado, ativo, capaz e desejoso de transformar a realidade presente.⁸

Quais os objetivos estratégicos desse cultivo da “memória da luta”? Na ótica das lideranças do MST, ela constitui um instrumento privilegiado de revivificar permanentemente entre os assentados não apenas o sentimento de que o assentamento constitui uma conquista da luta coletiva empreendida pelos “sem-terra” e sua organização, mas também de que é preciso aprender a lição de que a “luta continua”, que é preciso participar do movimento para que novas conquistas sejam possíveis. Além da

construção de uma identidade coletiva de “sem-terra”, se almeja sedimentar os laços de identificação do assentamento com o MST.

Em decorrência, a seleção dos trabalhos também obedece a determinados parâmetros pré-configurados: é uma determinada história ou memória que se quer continuar a (re)produzir; uma reconstrução que busca solidificar específicos acontecimentos, personagens e lugares. Não obstante, uma memória que apaga os vestígios pessoais e as marcas de uma trajetória que não se enquadra nas fronteiras delimitadas pelo aparato discursivo do movimento; que obscurece os conflitos e as percepções divergentes; que sombreia os acontecimentos discordantes da linha narrativa linear construída e difundida pelo movimento; que renega antigas lideranças que hoje já não se enquadram nos pressupostos pregados pelo movimento; e que joga para um plano secundário toda a riqueza de percursos individuais marcados por incertezas, desconfianças, recuos, discordâncias, em nome de uma história linear e totalizante.⁹

Memória hegemônica, legitimada e agenciada pelo movimento,¹⁰ que procura obscurecer memórias subterrâneas, conflitivas, não oficiais. Enquadramento do passado com base nos conflitos políticos do presente, a memória dominante do “Acampamento da Annoni” busca configurar o Assentamento 16 de Março como decorrência exclusiva da luta dos “sem-terra” acampados, obscurecendo ou omitindo a participação de “parceiros” e “filhos de parceiros” (base social de oposição política ao MST na região¹¹) nesse processo.¹²

Porque eles (os parceiros) tavam aqui 16 anos antes e não tinham nenhuma comunidade! Fomo nós (os acampados) que montemo a comunidade! Nós já temo o início de uma Igreja lá, temo um salão grande que conquistemo com a organização... Antes não tinha nada! 16 ano que eles tavam ali e nem a terra era liberada pra eles! Nós que conseguimo liberá a terra!. (VERA, assentada)

Numa batalha pela apropriação do passado, “parceiros” e “filhos de parceiros”, por sua vez, constroem uma outra versão para a história, procurando estrategicamente atribuir o assentamento como produto das reivindicações e mobilizações anteriores ao próprio acampamento, dando visibilidade às fissuras e aos limites do trabalho de enquadramento da memória.

O acampamento esse que surgiu em 85 tem que dá graças aos parceiro que eles ficaram ali! Só que na realidade, hoje, não é

reconhecido isso aí. Mas eles (do MST) não querem nem ouvi a história! Não querem nem sabê a história dos filho de parceleiro! Eles querem sabê da história deles só. (LOURENÇO, filho de parceleiro, assentado)

Na luta pela legitimação da memória verdadeira, os “filhos de parceleiros” se percebem como um grupo marginalizado no espaço escolar, na medida em que “o ensino da escola tá sendo muito em cima do que o movimento diz que foi a história” (ODETE, filha de parceleiro, assentada). Reclamam, por exemplo, que seus filhos trazem para casa como tarefa uma redação que resgate a história da vida no “tempo de acampamento” contada pelos pais; se vêem, assim, na situação constrangedora de ter que explicar aos filhos que não participaram do acampamento e que, portanto, não podem fazer a redação nos moldes propostos pela professora.

Igualmente interessante é a participação da Escola 29 de Outubro na construção da identidade do “sem-terrinha”, de crianças assentadas modelares, “conscientes da história” e que percebem o movimento como sua “família maior”. Em 1999, nove alunos da escola participaram do III Encontro Estadual de Sem Terrinhas, que ratificava o trabalho permanente de revivificação da “memória da luta” através da temática “Somos filhos e filhas de uma história de luta”; em seu retorno, elaboraram um documento de avaliação da experiência, que foi discutido no interior da escola. Nessa avaliação, alunos de 3^a a 6^a séries, afirmavam que “aprendemos a ser um Sem-Terrinha sem ter vergonha de assumir esta identidade e divulgar o MST” (ALUNOS DA ESCOLA 29 DE OUTUBRO, s.d., p. 1).

A Escola 29 de Outubro constitui um espaço privilegiado pelas lideranças do MST e do assentamento para a afirmação e legitimação de uma determinada memória social que dá plena visibilidade social e política aos “acampados” (hoje, afiliados ao MST) e joga na obscuridade o papel desempenhado pelos “parceleiros” e “filhos de parceleiros” (hoje, dissidentes do MST). Assim, o trabalho de (re)construção do passado insere-se na trama dos conflitos que perpassa o cotidiano presente dos agricultores e agricultoras do Assentamento 16 de Março.

ABSTRACT

This is a case study (March 16th Settlement, Pontão, RS, Brazil) which analyses how the (re)production process of a specific memory assumes strategic functions

of social control. It investigates how the Landless Workers' Movement builds and disseminates a given social group memory, particularly in the school sphere, in the sense of building the sociopolitical identity of "the landless", thereby guaranteeing that the farm workers who have been settled will continue to belong to the organization.

Key words: Memory. Rural settlements. Landless Workers' Movement. Rural education.

NOTAS

1. Para uma análise mais detalhada desse campo de disputas pela memória no Assentamento 16 de Março, ver Caume (2003).
2. O MST, particularmente em seu setor de educação, passaria a produzir um conjunto reiterado de publicações destinadas às escolas dos assentamentos e acampamentos que assumiam o papel de veicular a "memória da luta" como matéria de ensino para as crianças "sem-terra". Ver, por exemplo, *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/Setor de Educação*, (s.d.) e *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 1996, 1998 e 1999b.
3. O Acampamento da Fazenda Annoni foi considerado pelo jornal *Zero Hora* um dos "100 fatos que marcaram o Rio Grande" no século XX e construído como "um marco na luta pela posse da terra: o maior acampamento de agricultores do país é montado na Fazenda Annoni, na década de 80" (*ZERO HORA*, 1999, s.p.).
4. Expressão usada por uma das principais lideranças do MST e do acampamento durante a década de 1980, hoje agricultor no Assentamento 16 de Março.
5. Em belo trabalho, Jorge Larrosa aborda o uso pedagógico de histórias de vida na construção de uma identidade única dos sujeitos sociais (como a do "sem-terra"), eliminando-se todas as possibilidades de emergência da aleatoriedade dos acontecimentos e da diversidade de tramas narrativas, conjurando-as em nome de uma totalidade e linearidade histórica (LARROSA, 1995).
6. São recorrentemente utilizados na escola os filmes de Tetê Moraes: *Terra para Rose* (1987), que reconstrói as dificuldades e os conflitos no período de acampamento na Fazenda Annoni; e *Sonho de Rose* (1995), que procura reencontrar os mesmos personagens do filme anterior quando já estabelecidos em diferentes assentamentos no estado.
7. O enquadramento da memória como instrumento de construção de identidades sociais e políticas é analisado por Michael Pollak. "Toda organização política, por exemplo – sindicato, partido, etc. – veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma." (POLLAK, 1989, p. 9).

8. “... a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objectivo de poder.” (LE GOFF, 1984, p. 46).
9. Em acordo com minha postura epistêmica, rejeito qualquer pretensão de qualificar memórias verdadeiras e falsas; intento tão somente inseri-las nos embates sociais e políticos que tecem o Assentamento 16 de Março. Enfim, não pretendo “... tentar decidir a história de quem é a ‘correta’ (como faria um juiz) ou provar que o que tomamos como realidade é uma ilusão (como faria um filósofo), mas usar as histórias para reconstruir as atitudes e valores dos narradores, empregando um conflito de narrativas para compor uma narrativa de conflitos.” (BURKE, 2000, p. 18).
10. Michael Pollak afirma que nem toda memória produzida e difundida é automaticamente eficaz; há uma “exigência de credibilidade” ou, nos termos de Pierre Bourdieu, a necessidade de um capital simbólico acumulado capaz de conferir a quem produz e difunde essa memória coletiva um poder de fazer crer e ver (POLLAK, 1985).
11. Os “parceiros” e “filhos de parceiros” são identificados como grupos politicamente dissidentes na medida em que não participam das atividades de mobilização social patrocinadas pelo MST, não são filiados à Coanol (Cooperativa Agropecuária Novo Sarandí Ltda., vinculada ao MST), não votam no Partido dos Trabalhadores e não participam da Associação Comunitária do Assentamento (Comunidade 29 de Outubro, que rememora a data de formação do acampamento).
12. Esse trabalho de construção e solidificação de uma determinada memória da luta pelo MST representa, igualmente, o obscurecimento do papel fundamental desempenhado pelos agentes religiosos no “tempo de acampamento”. Processo simbolizado pelo atual abandono daquele que foi um dos principais símbolos da luta naquele período: a cruz de pedra com inscrições dos 32 municípios participantes da ocupação na madrugada de 29 de outubro de 1985.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE Jr., D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife/São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco/Cortez, 1999.
- ALUNOS DA ESCOLA 29 DE OUTUBRO. *Avaliação do III Encontro Estadual de Sem Terrinhas*. Pontão-RS: s.d. (Arquivo da Escola 29 de Outubro, mimeografado).
- BOGO, A. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999). *Caderno de Cooperação Agrícola*, n. 8, São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda, 1999.

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.
- BURKE, P. Desafios de uma história polifônica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 out. 2000, p. 18-19. Caderno Mais!.
- CALDART, R. S.. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAUME, D. J. Memórias da luta e lutas pela memória. *História Oral, Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 6, p. 133-158, 2003.
- ESCOLA ESTADUAL 29 DE OUTUBRO. *Roteiro de apresentação no desfile de 29 de setembro de 1996*. Pontão-RS, 1996 (Arquivo da Escola 29 de Outubro, mimeo.).
- FOUCAULT, M. Apresentação. In: FOUCAULT, M. (Org.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. IX-XV.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Projeto Integrado de Colonização Sarandi: programação operacional*. Porto Alegre: 1975.
- JORNAL ZERO HORA. “*Século XX: 100 fatos que marcaram o Rio Grande*”. Porto Alegre, 15 dez. 1999.
- LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 35-86 .
- LE GOFF, J. Memória. *Enciclopédia Einaudi, Memoria-História*. Portugal, 1984. v. 1 p. 11-50.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *A história de uma luta de todos*. São Paulo: MST, 1996. Coleção Fazendo História, n. 3.
- _____. *Nossa turma na luta pela terra*. São Paulo: MST, 1998. Coleção Fazendo História, n. 5.
- _____. *Crianças em movimento: as mobilizações infantis no MST*. São Paulo: MST, 1999a. Coleção Fazendo Escola.
- _____. *1999: feliz aniversário MST. 2º Concurso Nacional para as Escolas e os Estudantes do MST*. São Paulo: MST, 1999b.
- _____. Setor de Educação. *Estórias de Rosa*. São Paulo: MST, s.d.
- POLLAK, M. Enquadramento e silêncio: o trabalho da memória. *Pénélope, mémoires de femmes*, Cahier n. 12, 1985. p. 35-39.
- _____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.